

CATCHING-UP E REPRODUÇÃO DA DEPENDÊNCIA À LUZ DAS OBRAS TEÓRICAS DE CELSO FURTADO

Wender de Oliveira Dutra da Silva¹
Theodoro Cesar de Oliveira Sposito²
Laura Alice de Lazari Fonseca³

Resumo: As obras teóricas de Celso Furtado são importantes por constituírem uma interpretação singular da realidade brasileira. Mais ainda, elas se mostram essenciais por sugerirem uma forma de interpretação sobre os motivos e fatores condicionantes da continuidade do subdesenvolvimento e da dependência na economia brasileira. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é evidenciar o motivo pelo qual na experiência histórica brasileira o processo de industrialização (*catching-up*) tendeu a perpetuar a dependência, segundo a concepção furtadiana. Para tanto, este artigo está estruturado a partir de três seções além das seções dedicadas à introdução e às considerações finais, cujos objetivos específicos consistem em: (i) discutir o processo de dependência na produção teórica de Celso Furtado, enfatizando aspectos relacionados a sua gênese e principais dificuldades decorrentes da dependência; (ii) sintetizar a perspectiva furtadiana quanto a periodização da industrialização brasileira; (iii) relacionar o *catching-up* com a ideia de dependência presente em Furtado, destacando, na perspectiva teórica do autor, a ideia segundo a qual somente a industrialização é incapaz de promover a superação do subdesenvolvimento, uma vez que esta reafirma a condição dependente da economia brasileira. Ao final constata-se que, por estar direcionada ao atendimento da diversificação da demanda de uma minoria da população brasileira, a industrialização não conseguiu romper a dependência, mas reproduzi-la.

Palavras-chave: Civilização Industrial. Dependência. Industrialização.

Abstract: The theoretical works of Celso Furtado are important because they constitute a unique interpretation of the Brazilian reality. Furthermore, they are essential for suggesting a way of interpreting the reasons and factors conditioning the continuity of underdevelopment and dependence in the Brazilian economy. In this context, the aim of this work is to show the reason why, in the Brazilian historical experience, the industrialization process (*catching-up*) tended to perpetuate dependence, according to Furtadian conception. To do so, this article is structured from three sections in addition to the sections dedicated to the introduction and final considerations, whose specific objectives are: (i) to discuss the process of dependence in the theoretical production of Celso Furtado, emphasizing aspects related to its genesis and main difficulties arising from dependence; (ii) synthesize Furtadian perspective on the periodization of Brazilian industrialization; (iii) relate the *catching-up* with the idea of dependency present in Furtado, highlighting, in the author's theoretical perspective, the idea that only industrialization is incapable of promoting the overcoming of underdevelopment, since it reaffirms the dependent condition of the Brazilian economy. In the end, it appears that, as it is aimed at meeting the diversification of the demand of a minority of the Brazilian population, industrialization has not managed to break the dependence, but to reproduce it.

Keywords: Industrial Civilization; Dependency; Industrialization.

Área 1 – Metodologia e História do Pensamento Econômico

JEL: N00, B52

¹ Mestrando em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bolsista do Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil

² Mestrando em Economia no IE/Unicamp, Bolsista do Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil

³ Mestranda em Economia no IE/Unicamp, Bolsista do Programa de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil

1 Introdução

Celso Furtado pode ser considerado um dos grandes demiurgos do Brasil, ao lado de outros pensadores brasileiros, como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. Furtado foi um exímio intérprete da realidade brasileira, tendo como principal tema de pesquisa a economia do desenvolvimento, mais especificamente tentando compreender os motivos pelos quais levaram esse país a ser subdesenvolvido, assim como o modo pelo qual essa estrutura se reproduz. Contudo, para a compreensão e transformação da realidade brasileira, é imprescindível, segundo a teoria furtadiana, considerar o subdesenvolvimento não como uma etapa do desenvolvimento, mas como um processo histórico do modo de produção capitalista (FURTADO, 1983), e um subproduto do desenvolvimento (FURTADO, 1961).

Assim, tem-se que desenvolvimento e subdesenvolvimento são faces de processos desencadeados a partir da ascensão e difusão da civilização industrial. Ao mesmo tempo, para compreender o processo de subdesenvolvimento, é basilar a compreensão acerca da dependência – não no sentido genérico, mas segundo a concepção furtadiana, conforme será exposto –, visto que a “[...] reprodução das formas sociais, que identificamos com o subdesenvolvimento, está ligada a formas de comportamento condicionadas pela dependência [...]” (FURTADO, 1974, p. 82).

A partir da compreensão das categorias dependência e subdesenvolvimento é que se pode apreender sobre as peculiaridades brasileiras da formação social e do processo de industrialização, ocorrida no século XX, bem como as consequências deste. Nesse sentido, a teoria de Furtado é importante para entender as relações sociais entre o próprio povo brasileiro e entre este e a economia internacional. Perceber as características do processo de industrialização brasileira é necessário, pois, muitas vezes, não só no senso comum, esse fenômeno é visto como sinônimo de desenvolvimento, esquecendo suas especificidades no contexto de uma economia dependente e subdesenvolvida. Não se trata de repudiar os efeitos positivos desse processo e nem menosprezando-o em relação ao setores primário e de serviços.

A noção de industrialização como sinônimo do desenvolvimento é reforçada, frequentemente, pela ideia de *catching-up* (emparelhamento). O presente trabalho não se trata de realizar uma crítica cabal da expressão “*catching-up*”, mas entender – e é aqui o cerne do artigo – o motivo pelo qual na experiência histórica brasileira o processo de *catching-up* tendeu a perpetuar a dependência, segundo a concepção furtadiana. Para tanto, o artigo está dividido em mais três seções além desta introdução e a conclusão. A segunda tenta identificar o processo de dependência de acordo com Furtado. A terceira mostra, em aspectos gerais, o processo de industrialização (*catching-up*) brasileiro. Enquanto a quarta seção tenta expor como esse processo tendeu a perpetuar a dependência.

2 Teoria da dependência furtadiana

2.1 A origem da dependência

Primeiramente, é necessário compreender a dependência “como um conjunto de traços estruturais que emergem da história” (FURTADO, 1978, p. 112). Nesse sentido, é no próprio surgimento e difusão da civilização industrial dos países centrais, enquanto elemento estrutural do modo de produção capitalista, que devem ser entendidas as raízes históricas do subdesenvolvimento e dependência da América Latina. Furtado (1974) reconheceu essa preposição, ao mostrar que as economias subdesenvolvidas estão fortemente vinculadas à maneira pela qual o capitalismo industrial ascendeu e difundiu-se desde os seus primórdios. Na segunda metade do século XVIII, o primeiro núcleo industrial, elemento da história europeia, se consolidou e estabeleceu o embrião do modo de produção que nos séculos seguintes tornar-se-ia globalmente hegemônico (FURTADO, 1980).

A expansão desse núcleo provocou, entre outras coisas, a “ampliação dos circuitos comerciais conduzindo à formação de um sistema de divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1980, p. 81), em que a expansão daquele núcleo foi limitada às atividades comerciais. Assim, diversos sistemas econômicos foram induzidos, embora a partir de diferentes formas, a especializarem-se para poderem acessar os mercados do centro, através da realocação de recursos em setores que permitiam um maior excedente. A partir disso, as formas tradicionais de dominação social foram destruídas, conforme o modo pelo qual o excedente proveniente da especialização foi apropriado e utilizado. Essa diferença na evolução das

estruturas sociais fundamenta a heterogeneidade que instituirá de modo definitivo o capitalismo e a situação de dependência (FURTADO, 1980).

Ao serem induzidos à especialização na produção de bens primários, os países subdesenvolvidos contribuíam para o crescimento dos circuitos comerciais, que realimentava o “[...] processo acumulativo nos centros geradores de progresso técnico, contribuindo amplamente para intensificar as transformações das estruturas sociais nas áreas em que o sistema produtivo estava em rápida evolução” (FURTADO, 1980, p. 23). Destarte, em sua diligência para solucionar os problemas que dificultavam a acumulação de capital, o núcleo industrial procurava expandir a sua área de influência, originando uma constelação de economias dependentes (FURTADO, 1980).

Logo, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento devem ser considerados como distintas situações históricas, mas decorrentes de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se reciprocamente (FURTADO, 1961, 1980 e 1983). Este impulso é a própria ascensão e difusão da civilização industrial, bem como seus desdobramentos no sistema capitalista. Apesar de colaborarem na expansão dos circuitos comerciais, a origem do estímulo originário dinamizador das economias periféricas não se encontrava no desenvolvimento de suas forças produtivas, mas a partir da força gravitacional efetuada pelo centro, que influenciava a alocação e utilização de recursos e a modernização daquelas economias. Pode-se verificar uma diferença na maneira como as transformações no centro e na periferia ocorriam. Enquanto naquele, os aumentos de produtividade se baseavam no desenvolvimento das forças produtivas, isto é, no progresso tecnológico, neste os incrementos de produtividade eram o resultado da especialização produtiva (FURTADO, 1961 e 1980).

Destarte, tendo em perspectiva o período de formação daquele sistema, no âmbito da economia periférica a transformação situa-se na esfera da formação do excedente, cuja maneira de apropriação determina o perfil da demanda interna. As mudanças ocorridas neste perfil estão mediadas pela dinâmica das importações. Neste ponto, deve destacar a existência de alguma simplificação do sistema produtivo interno, cuja causa está relacionada com a orientação à produção de bens primários exportáveis e uma demanda interna que se diversificava a partir do modo de apropriação do excedente e se refletia nas importações (FURTADO, 1980 e 1983). Assim, a dinamização da demanda – modernização – sob o contexto de um relativo imobilismo social originado do lento desenvolvimento das forças produtiva representou a constituição da periferia capitalista. Com efeito, o subdesenvolvimento é a exteriorização dessa dessemelhança entre a demora na acumulação reprodutiva, resultante da forma de inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, e o dinamismo da demanda, proveniente da penetração dos padrões de consumo do centro (FURTADO, 1980).

Em outras palavras, o excedente apropriado por uma parcela da população que controlava os segmentos mais rentáveis na economia periférica, sobretudo no domínio primário e exportador, era dispendido em bens produzidos (tecnologicamente mais sofisticados) nos países centrais, através das importações (FURTADO, 2007 [1959], 1969). Em virtude da produção de tais bens estarem amplamente concentradas nos centros geradores de progresso técnico, o perfil (ou padrão) de consumo dessa parcela da população periférica se modernizava à cada inovação. Destaca-se, nesse sentido, que tal forma de utilização do rendimento não assumia tais características somente porque os produtos tecnologicamente mais sofisticados não eram produzidos localmente.

Contemporaneamente, o argumento furtadiano pode ser expandido à atuação das empresas transnacionais, à ascensão tecnológica nos segmentos promotores de difusão de informações e facilitadores de comunicação internacional e da chamada “indústria cultural”, que exercem grande influência na direção da aceitação de um determinado padrão internacional de consumo, que permitiram acesso quase que irrestrito aos centros difusores dos valores culturais dominantes, e que detém importante contribuição na popularização dos signos e elementos simbólicos da cultura, os países centrais exercem uma dominação cultural sobre os países periféricos (BORJA, 2009).

Tal domínio, originalmente manifestado no âmbito da relação externa entre os Estados nacionais, é transferido para a relação interna entre os grupos que compõem a estrutura de poder, incorrendo, de tal maneira, no surgimento de uma cultura da dependência no subdesenvolvimento. Os grupos dominantes na periférica tendiam a se identificar cultural e ideologicamente com o centro, manuseando a parte do excedente que lhe corresponde como instrumento dessa aculturação. Por conseguinte, o excedente retido

na periferia acaba por operar como um vetor de transmissão das inovações na cultura material do núcleo industrial em crescimento (FURTADO, 1980). Isso é fruto daquilo que Furtado (1974) chama de “colonização cultural” (FURTADO, 1974, p. 84).

Com efeito, a modernização do padrão de consumo dos grupos concentradores de poder econômico na periferia expressa a transformação imitativa de segmentos da cultura material. Além disso, a modernização implicava no distanciamento crescente entre os perfis de demanda desses grupos e da massa da população (FURTADO, 1980). Desta maneira, a classe dominante periférica esteve capacitada a acompanhar os padrões de consumo do centro, na iminência de se desvincularem das raízes culturais de cada uma de suas nações (FURTADO, 1974). Uma vez que somente grupos restritos e minoritários na periferia apropriavam parte do excedente, esta não se conectava com o processo de formação de capital e a difusão na periferia de novos padrões de consumo era limitada. Isso significa que tanto o processo da produção quanto da circulação criam a dependência cultural que está na origem do processo de reprodução das estruturas sociais dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1974).

A dependência cultural é um fenômeno observado em países periféricos que tiveram acesso indireto à civilização industrial. Essa via de acesso se origina no sistema de divisão internacional do trabalho e conduz a uma situação de dependência estrutural. Situação surgida como consequência do acesso aos mercados europeus em expansão, cuja contrapartida foi a penetração dos valores materiais dessa civilização. Nos circuitos comerciais entre centro e periferia, as elites periféricas dominantes importavam bens e técnicas que refletiam um avançado grau de acumulação no centro (FURTADO, 1978).

Tendo em vista que a tecnologia, requerida pelos bens importados por essas elites, é incorporada durante o processo de produção, Furtado (1980, p.40) destaca uma característica importante acerca de tal tecnologia, qual seja: que ela “[...] não é independente das relações sociais prevalecentes nos países de acumulação avançada [...]”. Assim sendo, a modernização dos padrões de consumo de uma minoria da população dos países da periferia foi responsável por orientar as decisões de produção em direção à produção imitativa dos bens da civilização industrial e, diante disso, fora desvinculada do sistema de forças produtivas preexistentes, uma vez que a estrutura produtiva periférica estava orientada à produção de bens primários exportáveis, de baixo conteúdo tecnológico (FURTADO, 1978).

Nesse sentido, os modelos de conduta originados da civilização industrial eram transplantados às sociedades nas quais as técnicas produtivas moldadas nessa civilização não eram introduzidas. À vista disso, dizendo respeito a via de acesso indireto, os padrões de demanda eram diversificados sob quase inexistência de progresso tecnológico e a acumulação ocorria preferencialmente externamente ao sistema produtivo, na infraestrutura urbana e em bens duráveis de consumo importados (FURTADO, 1978). Desse modo, tem-se que:

No quadro da industrialização dependente, o fator determinante da tecnologia utilizada é o grau de diversificação da demanda (a natureza dos produtos finais) gerada pelos grupos sociais que tiveram acesso indireto à civilização industrial. As implicações deste fato são consideráveis, pois o que chamamos tecnologia não é outra coisa senão o conjunto de transformações no sistema produtivo e nas relações sociais que têm na acumulação o seu vetor. Como o acesso indireto à civilização industrial significou a introdução dessas transformações ao nível da demanda final (sob a forma de modernização), o processo de industrialização assumirá a forma de um esforço de adaptação do aparelho produtivo a essa demanda sofisticada, o que o desvincula do sistema de forças produtivas preexistente. Surge assim um subsistema produtivos de alta densidade de capital, que não corresponde ao nível de acumulação alcançado no conjunto da sociedade, com fraca capacidade de geração direta de emprego. Como o referido subsistema permanece estruturalmente ligado a economias não somente mais avançadas na acumulação, mas também em permanente expansão, os vínculos de dependência tendem a reproduzir-se (FURTADO, 1978, p. 50).

Ou seja, o acesso indireto à civilização industrial, via importação de bens de consumo, constitui a causa da modernização do padrão de demanda das elites periféricas cujas preferências estão sob intensa influência dos padrões de consumo centrais e, nesse sentido, sob forte dependência cultural. Essa modernização – empenho realizado pelos grupos dominantes, beneficiados diretamente pelas vantagens comparativas oriundas da especialização produtiva voltada à produção de artigos primários destinados à exportação, para a reprodução das formas de consumo, em constante metamorfose, dos países centrais – origina a rápida diversificação do consumo e orienta a tecnologia adotada.

A modernização ainda provoca metamorfoses na estrutura produtiva por meio da penetração da técnica moderna na infraestrutura e em algumas fases dos processos produtivos, pois os bens duráveis importados com finalidade de produção de bens de consumo imitativos requerem atividades complementares internas, tais como a infraestrutura de estradas e de oficinas de reparação para a produção de automóveis, bem como as instalações elétricas requisitadas pela urbanização. Logo, há um multiplicador de renda e emprego ligado ao uso interno do excedente. Além disso, essa modernização provoca a expansão do setor terciário (FURTADO, 1980). Destarte, nas economias subdesenvolvidas os métodos produtivos adotados e, em último caso, a intensidade relativa do capital e do trabalho empregados no sistema produtivos são definidos pela composição de uma cesta de bens de consumo que evolui conforme o progresso técnico nos países de industrialização avançada (FURTADO, 1974).

De modo sintético, Furtado compreende a industrialização nos países dependentes como um processo sempre mediado pela evolução da demanda. Durante a fase de formação do sistema de divisão internacional do trabalho, ocorreria uma especialização na produção de bens primários exportáveis, proporcionando uma rigidez da matriz estrutural interna, na qual poucos bens eram produzidos. Os incrementos na renda causados por essa especialização estimularam posteriormente uma demanda mais diversificada, aumentando, assim, as importações de bens mais modernos, frutos do avanço tecnológico no centro. Essa modernização necessitou de atividades complementares internas, ocasionando o aumento do multiplicador do emprego, que realimenta o processo de modernização. Com a emergência de empecilhos ao avanço da especialização, aumentam as tensões no balanço de pagamentos, reorientando as metamorfoses estruturais para a estabilização, ou diminuição, do coeficiente de importações. Essa reorientação ocorre somente através da diversificação da matriz produtiva em prol do mercado interno. A industrialização é essa diversificação (FURTADO, 1980).

Durante o processo de industrialização nas economias subdesenvolvidas, os setores industriais complementares das importações foram o ponto de partida das indústrias de substituição de importações e predominaram progressivamente. Estes dependiam diretamente da evolução da demanda imitativa dos grupos que retém internamente o excedente, ou seja, se adaptam conforme o processo de modernização. Essas indústrias estavam vinculadas aos setores mais dinâmicos da demanda e se favoreciam de fácil acesso à tecnologia do bem estrangeiro e de financiamento, cuja contrapartida foi a intensificação da dependência de interesses estrangeiros (idem).

Posto que o setor industrial dos países subdesenvolvidos, cujo crescimento se dava majoritariamente através do processo de substituição de importações, estava em constante concorrência com produtores estrangeiros, o empresariado industrial doméstico orientava a matriz produtiva à produção de mercadorias semelhantes às importadas, por meio da reprodução de métodos de produção dos centros, tendo em vista que estes soavam mais vantajosos para a concorrência (FURTADO, 1983). Entretanto, essa reprodução não permitia uma transformação na estrutura econômica dos países subdesenvolvidos, afinal, tais métodos refletiam o avanço tecnológico dos centros, eram intensivos em capital e, portanto, poupadores de mão de obra (FURTADO, 1961).

Nas condições de dependência, ao passo em que avança a industrialização dos países periféricos, a absorção de progresso tecnológico, necessária à industrialização, passa a configurar um problema de possibilidade ou impossibilidade de acesso ao fluxo de inovações, cuja origem compete aos países centrais e, portanto, não configura apenas o problema mais recorrente, qual seja, de acesso à importação de produtos estrangeiros. Contudo, o movimento que origina o fluxo supracitado está relacionado à atuação das empresas multinacionais, sobretudo ao entendimento destas quanto a possibilidade de maiores retornos oriundos da opção por estender a produção em escala global em vez de ceder esse instrumento de poder (FURTADO, 1974).

Para contornar esse problema, as economias periféricas passaram a requisitar a cooperação dessas empresas, “[...] mediante concessão às empresas transnacionais de participação na direção das atividades produtivas e/ou comerciais [...]” (FURTADO, 1984, p. 119). Por consequência, a dependência, antes sob a forma de imitação de padrões de consumo estrangeiros, passa a se arraigar no sistema produtivo e assume a forma de programação desses padrões pelas empresas subsidiárias; isto é, são as empresas multinacionais que passam a orientar os tipos de bens a serem consumidos pela pequena parcela da população das economias subdesenvolvidas (FURTADO, 1974).

Todavia, o crescente controle externo de atividades do sistema de produção das economias subdesenvolvidas traz a estas um aumento dos custos em divisas estrangeiras, provocando tensões em seus balanços de pagamentos. Isso porque os excedentes gerados pelas multinacionais nas economias subdesenvolvidas são remetidos, em moeda estrangeira, aos seus países de origem. Com efeito, para arcar com esses custos, os países subdesenvolvidos realizam o pagamento através de mão de obra barata incorporada a produtos industriais manufaturados por empresas estrangeiras e destinados ao comércio exterior. Ou seja, persistindo essas condições da industrialização de economias subdesenvolvidas, a exploração de trabalhadores destas continua (FURTADO, 1974).

A partir do exposto nessa seção, compreende-se que a dependência nasce pela via indireta de acesso à civilização industrial, que influencia as formas de acumulação e utilização de excedente nos países subdesenvolvidos. Para Furtado (1974, p. 87), “[...] toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência [...]”. A dependência, inicialmente, é representada pela imitação das formas de consumo do centro – sempre em diversificação, pois as economias centrais são detentoras do progresso tecnológico – que determina o tipo de técnica importada e sua forma de utilização, diversificando a estrutura produtiva.

À medida que as economias dependentes se industrializavam, novos padrões de consumo surgiam, sendo necessária a continuação da assimilação de técnicas produtivas para a produção de bens cada vez mais sofisticados. Mesmo com a difusão das subsidiárias das empresas multinacionais nas economias subdesenvolvidas, estas ainda tiveram o padrão de consumo sob domínio estrangeiro. Assim, a dependência aparece como dependência tecnológica, pois a tecnologia necessária à produção dos bens de consumo sofisticados, que visavam atender a demanda do pequeno grupo mais rico de indivíduos da população, pertence àquelas nações detentoras do progresso tecnológico. Destaca-se também, neste ponto, a dependência financeira, cujas causas estão atreladas às necessidades de capital estrangeiro para o financiamento do processo de industrialização bem como para compensar as tensões no balanço de pagamentos.

2.2 Dificuldades decorrentes da dependência

Tendo sido ressaltado os principais aspectos quanto a constituição do processo de dependência enquanto um conjunto de traços surgidos da ascensão e difusão da civilização industrial, esta seção se ocupará em elucidar a concepção furtadiana segundo a qual a condição de dependência configura “[...] uma posição débil ou subordinada nas confrontações que conduzem à fixação de preços internacionais e, por último, determinam a apropriação do excedente gerado pela divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1978, p. 112). Todavia, essas confrontações entre os países no mercado internacional mudam com o próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Dessa forma, a historicidade do capitalismo define uma historicidade das condições de dependência. Assim, as formas de dependência metamorfoseiam-se conforme as transformações capitalistas.

Furtado (1980) sintetiza a crise pela qual sofreu o sistema tradicional de divisão internacional do trabalho entre 1914 e 1945. Durante esse período, as volatilidades das transações comerciais e financeiras e suas baixas iniciaram um processo transformador na estrutura das economias subdesenvolvidas. Tal crise manifestou-se a partir de: i) redução da demanda de produtos primários nos mercados internacionais; ii) protecionismo generalizado; iii) desorganização do sistema monetário internacional fundado no Padrão-Ouro e consequente queda do mercado financeiro internacional e iv) nascimento do bilateralismo (FURTADO, 1980).

É no contexto da Grande Depressão que tem início, nas economias periféricas dependentes, a reversão do processo de especialização internacional, pondo em marcha a odisseia que as conduziria dos recorrentes ciclos de definhamento e pujança econômica no âmbito da economia primário e exportadora dominante durante a Primeira República à modernizante industrialização substitutiva de importações, momento em que estas economias se voltaram para o mercado interno, embora desprovidas de autonomia tecnológica, sujeitas a necessidade de importar tecnologias e equipamentos. Consistem em características centrais acerca dessas economias: i) dependência de exportações de poucos bens primários; ii) dependência crescente em relação à tecnologia utilizada iii) demanda excessivamente diversificada, em relação ao nível

de acumulação alcançado e iv) não aproveitamento total das possibilidades da tecnologia utilizada, por causa da dispersão dos investimentos (FURTADO, 1980).

A posterior evolução das economias dependentes foi influenciada por metamorfoses estruturais ocorridas nas economias centrais. A superação no terceiro quartel do século XX daquela crise do sistema tradicional de divisão do trabalho se deu por meio da integração dos mercados nacionais destas economias, sob a tutela dos Estados Unidos. Os sistemas nacionais, que outrora disputavam espaços, foram desconstruídos, dando espaço às grandes empresas organizarem-se mundialmente (FURTADO, 1980). Isso privilegiou a tecnologia desenvolvida naquele país e estimulou a concentração do poder econômico, beneficiando as empresas capazes de atuarem mundialmente (idem). Além do mais, a partir daquele período, foram transformadas gradativamente em operações internas das empresas transnacionais – ou seja, circulação de capital entre a empresa matriz e as subsidiárias ou entre estas próprias – as relações comerciais entre essas nações e as periféricas (FURTADO, 1974).

O capitalismo das grandes empresas é orientado para o livre-cambismo e a livre transferência de recursos entre países. Essas transformações ocorridas no centro desenrolaram-se em duas fases na periferia: na primeira, essas empresas procuraram participar da industrialização via substituição de importações, por meio das indústrias complementares das importações, que dependem de tecnologias e insumos do exterior; na segunda, essas empresas dedicaram-se a reabrir as economias subdesenvolvidas nas novas bases do sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1980).

À medida que a industrialização por substituição de importações evoluía conforme a dinâmica da demanda de produtos finais, mais importante se tornava a função exercida pela tecnologia desses bens. Todavia, essa tecnologia é a principal fonte de poder de mercado e seus avanços são realizados pelas grandes empresas que atuam mundialmente, pertencentes às economias centrais. Assim, a partir da década de 1950, o instrumento da penetração das empresas transnacionais no setor industrial das economias periféricas foi o controle tecnológico (FURTADO, 1980).

Essas empresas exercem um amplo poder, na medida em que, de modo isolado ou em oligopólio, controlam preços, condicionam os hábitos dos consumidores e transformam os mercados através do crédito. Desse modo, deve-se observá-las como expressão de condensação de poder, por meio da qual a administração de informação, acesso à tecnologia, recursos financeiros e privilégios de mercados são subjugados a uma unidade de controle e empregados à um ou mais objetivos e, somente depois, seria necessário observá-las enquanto concentração de renda e riqueza (FURTADO, 1978).

A atuação dessas empresas em áreas que não aquelas às quais têm origem constitui um meio de manobra para elas criarem novos recursos de poder com a finalidade de preservar ou ampliar a própria expansão diante das pressões sociais – que as submetem a elevar a remuneração da força de trabalho – de diferentes países e da concorrência de outras empresas. Essa atuação ocorre, principalmente, nos países dependentes, cujas formações sociais são desprovidas de organizações de defesa das condições de vida dos trabalhadores. Portanto, as empresas transnacionais são um instrumento de concentração de renda e riqueza (FURTADO, 1978).

Mas essa concentração beneficia os países centrais, que administram o capital dessas empresas. O que ocorre é que as empresas transnacionais, atuando nos países subdesenvolvidos, realizam o pagamento da mão de obra, mas esse pagamento depende das relações sociais e da estrutura produtiva nestes países. Por estes possuírem excedente estrutural de mão de obra e serem desprovidos de organizações que protegem os trabalhadores, as empresas transnacionais conseguem preservar os salários em níveis baixos. Com efeito, o excedente da produção aumenta e sua apropriação é feita por essas empresas, que dispõem do controle do sistema de preços. Desse modo, é aberta a possibilidade dessas empresas transferirem à empresa matriz, localizada no país desenvolvido, o lucro obtido pelo investimento nos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1978).

Essa concentração resulta, portanto, da situação dependente dos países periféricos que, ao decorrer de sua industrialização, via substituição de importações, necessita cada vez mais de tecnologia e equipamentos de origem estrangeira. Essa necessidade decorre do perfil de demanda de uma pequena parcela da população periférica, que imita o padrão de consumo dos países desenvolvidos, ao terem acesso à civilização industrial. Com efeito, os países dependentes sofrem dificuldades ou são impedidos de fixar os preços dos bens comercializados mundialmente e apropriar o excedente gerado.

3 Breves comentários sobre a industrialização brasileira

Nesta seção será utilizada a periodização do processo de industrialização das economias subdesenvolvidas de Furtado (1983). Esse autor divide tal processo em três períodos: i) industrialização induzida pelo crescimento e diversificação da procura global; ii) industrialização causada por tensões estruturais ou ação deliberada do Estado e iii) industrialização pós-substituição de importações.⁴

3.1 Industrialização induzida pelo crescimento e diversificação da procura global

Na primeira fase, ocorrida antes da I Guerra Mundial, esse processo decorreu do crescimento e diversificação da demanda global, mais especificamente como um subproduto do crescimento das exportações de produtos primários, que impactava outros setores através dos multiplicadores da renda e do emprego – logo, esse resultado não é uma consequência direta desse crescimento.

A escassa evidência empírica existente sobre o período indica que nos primeiros anos da República Velha a indústria representava um percentual pequeno, mas não desprezível, se comparado as outras atividades que compunham o PIB. Em 1900, com a base de preços de 1949, o segmento industrial correspondia a 11,6% do PIB, enquanto a agricultura e o setor de serviços correspondiam a 44,6% e 43,8% respectivamente. 20 anos mais tarde, as proporções se modificariam substancialmente, passando para 15,7%, 38,1% e 46,2%, respectivamente (BONELLI, 2003, p. 374). Até o início de Primeira Guerra Mundial (1914), há certa concordância quanto a hipótese de que a indústria se desenvolveu em momentos específicos com base em surtos paliativos de crescimento (SUZIGAN, 2000; FURTADO, 2007 [1959]); DEAN, 2014 etc.). Contudo, o fato de não haver muitos dados disponíveis sobre a indústria antes de 1914, torna qualquer conclusão definitiva dependente de muita especulação.

O único levantamento de estatísticas industriais anterior ao conflito mundial foi o Inquérito do Centro Industrial de 1907. O estudo mapeou 3.250 empreendimentos industriais que empregavam um contingente de 151 mil trabalhadores, dos quais 52 mil estavam empregados na indústria têxtil. Do ponto de vista geográfico, Rio de Janeiro e São Paulo concentravam o maior número de estabelecimentos, com 975 e 520 empreendimentos respectivamente. Dizendo respeito ao valor bruto da produção, a indústria têxtil liderava o ranking de valor adicionado industrial bruto, com 24,6% do total, seguido da indústria de alimentos processados (19,1%), vestuário e calçados (8%). Existiam ainda outros diversos artigos de produção industrial, mas com pouco impacto no valor adicionado total do setor. São exemplos desses segmentos menos relevantes a produção de vidro, papel, fumo, fósforos, sabão, artigos de couro, entre outros. Do ponto de vista energético, a utilização de energia a vapor era predominante, representando 73%, seguido de energia hidráulica e energia elétrica com 22% e 5% respectivamente.

Na mesma linha, Baer e Villela (1972) apresentam dados sobre o consumo aparente de cimento e aço, que servem como *proxy* do crescimento industrial. Segundo os autores, este teria tido aumento de 313,7 mil toneladas entre 1903 e 1913, transitando de 5,3 mil para 367 mil toneladas, totalizando um aumento de 588% no caso do cimento. Quanto ao consumo aparente de aço, o aumento é de 392,6 mil toneladas, transitando de 95,5 mil em 1903 para 488,4 mil toneladas em 1913, totalizando 410%. No mesmo período de tempo, "a capacidade instalada de energia elétrica aumentou de 38,3 MW para 211,9 MW, multiplicando-se por 5,5 vezes" (BAER; VILLELA, 1972, p. 133).

Cabe mencionar, entretanto, que a produção doméstica de bens de capital, mesmo diante dos avanços expostos, seguiu bastante limitada, embora alguns autores, por exemplo R. Graham (1972), salientem que a existência de "fundições e estabelecimento de trabalho de metais, produzindo artigos diversos inclusive máquinas agrícolas e vagões de estrada de ferro" pudesse significar algum progresso nesse âmbito (GRAHAM, 1972, p. 44). A questão não é consensual na literatura, há autores que afirmam

⁴ Deve-se acrescentar que uma divisão em três fases já havia sido proposta por Furtado em "*Pequena Introdução ao Desenvolvimento*" (1980). Para os fins deste trabalho, entretanto, optou-se pela versão exposta em "*Teoria Política do Desenvolvimento Econômico*" (1983) a rigor, por considerarmos mais explícita. Adicionalmente, convém destacar que a periodização em ambas as obras não é excludente; pelo contrário, elas abordam características semelhantes da industrialização e, possivelmente, a diferença mais notória seja a denominação feita para cada fase.

que durante os anos que precedem o Império e período antecedem a Primeira Guerra Mundial não ocorreu nenhum processo contínuo de industrialização, é o caso de Villela e Suzigan (1973). Dean (2014), em contrapartida, mensura que a indústria tenha crescido a uma taxa de 9,5% anuais entre 1904 e 1914.

Furtado (1983) se exime deste debate, tendo a construção de seu argumento centrada muito mais na relação entre a renda originada da especialização em exportações de *commodities* e retida nos países subdesenvolvidos, enquanto provocadora de determinado tipo de demanda por bens manufaturados, que no garimpo das fontes escassas e nebulosas de onde derivam as estimativas sobre o comportamento da indústria, e sob as quais se debruçou boa parte da literatura. Nesse sentido, enfatiza dois tipos de atividades industriais que se destacaram: i) indústrias diretamente ligadas ao setor primário-exportador, como as refinarias de açúcar e frigoríficos e ii) indústrias ligeiras, produtoras de mercadorias de consumo geral, como tecidos e alimentos elaborados.

Por essas atividades operarem como um complemento ou prolongação do comércio exterior, não havia uma articulação (diversificação da atividade industrial, resultante da instalação de indústrias de produtos intermediários e equipamentos⁵) entre elas para atuarem como um sistema (FURTADO, 1980). À medida que a importância relativas dessas últimas indústrias se eleva, a capacidade autotransformadora do sistema econômico se insere na estrutura industrial; processo que não ocorre, portanto, nessa primeira fase (FURTADO, 1980).

3.2 Industrialização causada por tensões estruturais ou ação deliberada do Estado

Na segunda fase, a industrialização teve origem na ação proposital do Estado ou nas tensões estruturais geradas por escassez duradoura de produtos industriais ofertados, pela desorganização do setor exportador ou estagnação deste sob o contexto de firme crescimento populacional (FURTADO, 1983). A melhora do panorama industrial teve forte relação com os impactos econômicos oriundos do início da Grande Depressão e com a existência de alguma capacidade ociosa herdada de períodos anteriores que passou a ser utilizada com as restrições às importações que a conjuntura impunha. Nesse sentido, é destacável a fundamental importância que os pulsos industriais passados tiveram para esta transição, principalmente tendo em vista que se fosse necessário expandir a capacidade, isto não seria possível sem que houvesse importação de bens de capital. A indústria têxtil é o principal exemplo de aumento de produção baseado em uso intensivo de capacidade instalada, outrora ociosa e, não à toa, diversos atores mencionam o segmento como exemplo desta dinâmica. São eles Furtado (2007 [1959]), Abreu (1989), Suzigan (2000), Franco e Lago (2011), Dean (2014), entre outros, para citar alguns.

Furtado (2007 [1959], p. 279) chama atenção para o fato de que o "aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários, dentro da própria indústria, para sua expansão subsequente". Também corroborou para isso o surgimento de oportunidades de compra de equipamentos de capital de segunda mão no exterior, em função do elevado número de firmas que haviam declarado falência e que procuravam se desfazer dos seus equipamentos.

Uma noção bastante intuitiva sobre picos industrializantes ancorados na existência de capacidade ociosa é que estes não tendem a durar muito. Nesse sentido, um movimento bastante natural após o pico industrial inicial foi a expansão da demanda por bens de capital. Furtado (2007 [1959]) destaca que a combinação entre o câmbio desvalorizado e o referido aumento de procura teria contribuído para o surgimento no país de uma indústria de bens de capital, um tipo de indústria que "encontra, por uma série de razões óbvias, serias dificuldades para instalar-se em uma economia dependente" (FURTADO, 1969, p. 279).

Aponta Furtado (2007 [1959]) que o aumento da demanda por bens de capital coincide, pelo menos no âmbito das economias dependentes de exportações, com aumentos nas exportações, pois se geravam divisas que poderiam ser utilizadas com vistas a suprir tais cadências. Assim sendo, aquando tomamos como base o período da República Velha é possível constatar um movimento interessante: os períodos de

⁵ Nessa primeira fase essas indústrias estavam ausentes nos países subdesenvolvidos, de forma que a industrialização dependia das importações de equipamentos, as quais eram efetivadas pela geração de divisas originadas pelo setor exportador (FURTADO, 1980).

expansão da capacidade produtiva na indústria e expansão da produção industrial não coincidem. Enquanto a expansão industrial ocorria em momentos de sufocamento do setor externo e diante de restrições às importações, a expansão industrial estava associada a momentos de pujança no balanço de pagamentos. O autor fornece uma explicação mais aprofundada para o processo:

A procura de bens de capital coincide, nas economias desse tipo [dependentes], com a expansão das exportações - fator principal do aumento da renda - e, portanto, com euforia cambial. Por outro lado, as indústrias de bens de capital são aquelas com respeito às quais, por motivos de tamanho de mercado, os países subdesenvolvidos apresentam maiores desvantagens relativas. Somando-se essas desvantagens relativas às facilidades de importações que prevalecem nas etapas em que aumenta a procura de bens de capital, tem-se um quadro de reduzido estímulo que existe para instalar as referidas indústrias nos países de economia dependente (FURTADO, 1969, p. 279).

Nas palavras de Furtado (2007 [1959], p.289), "as condições que se criaram no Brasil nos anos 30 quebraram este círculo", se referindo ao fato de, mesmo num momento em que as condições de importar estavam completamente definhadas, ter crescido a demanda por bens de capital. Na prática, a produção doméstica de bens de capital, medidas enquanto *proxy* da produção de cimento, ferro e aço, quase não foi afetada pela crise, e depois de recuar levemente entre 1929 e 1930, voltou a crescer já em 1931.

Dados apresentados por Dean (2014) mostram que no ano seguinte, 1932, que fora o ano mais crítico da depressão na economia brasileira, a produção desses materiais já havia aumentado cerca de 61% com relação aos níveis de 1929, enquanto Furtado (2007 [1959], p. 280) aponta que, no mesmo período, as importações de bens de capital haviam sido reduzidas a um quinto do nível de 1929. O ano de 1935 é particularmente notório: enquanto o nível de investimentos líquidos (mensurados considerando os preços constantes) ultrapassou o nível de 1929, o nível da renda nacional mostrou forte recuperação. Para Furtado (2007 [1959]), era evidente que a economia brasileira "não somente havia encontrado um estímulo dentro dela mesma para anular os efeitos vindos de fora e continuar crescendo, mas também havia conseguido fabricar parte dos materiais necessários à manutenção e à expansão de sua capacidade produtiva" (FURTADO, 2007 [1959], p. 280).

Sobre este ponto, Silber (1977, p. 204-205) corrobora que a intuição de Furtado (2007 [1959], p. 280) esteja correta, pelo menos no que tange à influência positiva da defesa do café sobre o nível da renda, fazendo com que os impactos da crise fossem menores e possibilitando que a economia brasileira se recuperasse mais rapidamente, embora reconheça que a magnitude dessa influência seja de difícil comprovação empírica. É notável na interpretação Celso Furtado que o desempenho da indústria durante o período não se resumiu a obra do acaso, mas consistiu no produto de dois fatores fundamentais que sintetizam todo o processo: o efeito de crise econômica internacional juntamente a resposta fornecida pelo Estado enquanto, ainda que segundo o autor inconscientemente, política anticíclica fomentadora de renda.

Foi a partir do ousado plano de defesa dos interesses cafeeiros que a economia brasileira pode tornar mais lenta a deterioração da renda dos empresários do café e fornecer a oportunidade para que estes realocassem seus recursos. O resultado prático foi uma gigantesca mudança de paradigma na economia brasileira que se manifestou na importância que o mercado interno, sobretudo a indústria, passou a ter relativamente ao conjunto do sistema.

A interpretação de Furtado (2007 [1959]) se destaca, ainda, porque traz engendrado em seu conteúdo a negação de dois dos principais sustentáculos da Teoria Econômica convencional: a Teoria das Vantagens Comparativas e o Laissez-faire. A mensagem por trás da exposição de Celso Furtado, que viria a ser desenvolvida alguns anos mais tarde em "*Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*" (1961) é de que o desenvolvimento (ou a superação do subdesenvolvimento) dos países latino americanos passa por uma negação da especialização primário-exportadora (por conseguinte, de suas vantagens comparativas) e pela atuação estatal, principalmente no âmbito do planejamento econômico.

Diante disso, tem-se aquilo que Furtado chama de "deslocamento do centro dinâmico": o mercado interno e a indústria tornam-se o núcleo propulsor da dinâmica econômica brasileira, ocupando o lugar que outrora pertencia ao setor exportador. A partir disso, de acordo com Furtado (1983), o setor industrial se

torna efetivamente o líder no processo de desenvolvimento⁶. Em conformidade com o mesmo autor (1980), esse padrão específico de industrialização, posterior ao período de formação de uma demanda de manufaturados importados e concomitante ao momento em que o coeficiente de importações se reduziu, ficou conhecido no continente latino-americano como de “substituição de importações”⁷.

Essa segunda fase da industrialização tem como principal característica a “[...] simultaneidade da baixa do coeficiente de importação” (FURTADO, 1980, p. 123). Furtado (1983) afirma que nesse estágio o coeficiente de importações brasileiro diminuiu de 11,3% a 7,3%, entre 1929 e 1950, e a elasticidade-renda de crescimento do setor industrial brasileiro elevou-se 2,37% nesse mesmo período. Furtado (2007 [1959]) afirma que a produção industrial, a qual se orientava totalmente ao mercado interno, teve uma redução inferior à 10% durante a depressão e logo em 1933 recuperara o nível obtido em 1929. Tanto a conservação da taxa de lucratividade (em alguns casos, ela aumentou) da maioria dos setores vinculados a esse mercado quanto o deslocamento de capitais do setor exportador (causado pelo desincentivo ao investimento nesse setor) impulsionaram o crescimento daqueles setores (FURTADO, 2007 [1959]).

Ao contrário da primeira fase, a segunda fase da industrialização não teve como base a expansão precedente da demanda global: as tensões geradas pela diminuição dessa demanda (reflexo da decadência do setor exportador a partir da crise de 1929), redistribuindo a renda, aumentaram a eficácia das inversões industriais (FURTADO, 1983). Esta elevação da eficácia refere-se à capacidade de produção anteriormente instalada, pois, dado o excedente estrutural de mão de obra, é possível utilizar os equipamentos industriais por maior tempo de trabalho, através de investimentos incrementais reduzidos (FURTADO, 1983).

A pressão da renda, que antes era destinada aos gastos com importações, sobre os setores vinculados ao mercado interno, principalmente o industrial, induziu-os a utilização da capacidade já existente no Brasil. No setor industrial, isso permitia uma maior lucratividade para o capital adiantado, formando os fundos necessários para seu posterior crescimento. Para o aproveitamento dessa capacidade, aqueles setores passaram a demandar bens de capital, o que incentivava – juntamente à ascensão dos preços de importação desses bens – o estabelecimento de uma indústria de bens de capital naquele país (FURTADO, 2007 [1959]).

Além disso, em virtude de os investimentos capitalistas estarem direcionados ao setor industrial e, tendo em conta que para sua efetuação seriam necessários meios de produção mais modernos, os quais são adquiridos pelas importações, a resultante consistiria na permanência da pressão sobre o balanço de pagamentos e a imprescindibilidade da contínua capacidade de liberar importação (FURTADO, 1983). Como resultado, a produção brasileira de bens de capital (medida pela de ferro e aço e cimento) não piorou muito com a crise de 1929, crescendo novamente em 1931, de acordo com Furtado (2007 [1959]). Tal produção elevou-se 60% em 1932 relativamente a 1929, enquanto a redução das importações desses bens foi um pouco mais da quinta parte; os investimentos líquidos (à preços constantes) superaram em 1935 o nível de 1929, no momento que as importações desses bens atingiram 50% do nível deste ano (FURTADO, 2007 [1959]).

Ademais, o crescimento da produção industrial entre 1929 e 1937 foi de aproximadamente 50%, enquanto o crescimento da produção de bens primários ao mercado interno foi de 40% (FURTADO, 2007 [1959]). Destarte, apesar da crise internacional, a renda nacional brasileira elevou-se em 20% no decorrer daqueles anos, o que equivale a um aumento de 7% da renda *per capita* (FURTADO, 2007 [1959]). Segundo Possas (1998), durante o período de 1933 a 1939, a taxa média de crescimento anual da indústria como um todo atingiu 11%. Além do mais, na década de 1930, as produções de bens intermediários e bens

⁶ Furtado (1980) explica que o esforço no sentido de aumentar o campo do processo de industrialização nas economias subdesenvolvidas dependeu de alguns fatores: i) dimensão relativa do mercado interno; ii) o nível alcançado pela industrialização das indústrias diretamente ligadas ao setor primário-exportador e das indústrias complementares de importações; iii) a elasticidade da oferta interna de matérias-primas à essas indústrias; iv) a elasticidade da oferta interna de gêneros alimentícios e v) nível de autonomia dos centros internos de decisão.

⁷ Furtado (1983) expôs duas definições da substituição de importações. A primeira, mais restritiva, expressa o processo pelo qual a participação do comércio exterior na formação da renda tende a diminuir. Enquanto a segunda, mais geral, é referente ao momento em que o crescimento das importações é menor do que corresponderia – supondo constante a elasticidade-renda da demanda dos bens que estavam sendo importados no período base –, sendo a demanda incremental satisfeita pela produção interna. Pela segunda definição é possível que a substituição ocorra com estabilidade ou elevação do coeficiente de importações (FURTADO, 1983).

de capital cresceram a tal ponto que, em 1939, as suas participações na produção bruta da indústria manufatureira foram de 22% e 8,8%, respectivamente (POSSAS, 1998).

A participação do Estado nesse período foi de fundamental importância para o processo de industrialização. Por mais que as políticas de sustentação dos preços do café (políticas cambial, monetária e fiscal) ocasionassem um efeito protecionista e impedissem uma queda substancial na demanda agregada, beneficiando indiretamente o setor industrial, “[...] as instituições criadas e/ou modificadas na década de 1930 pelo governo brasileiro evidenciam sua opção industrializante [...]” (FONSECA, 2003, p. 135).

Entre as medidas governamentais de ordem institucional que favoreceram o setor industrial estão: o Decreto nº 19.739, de 7 de março de 1931, impedindo a importação, para determinados segmentos desse setor, de máquinas e equipamentos; o tratado comercial com os Estados Unidos, feito em 1935, que beneficiava a importação de bens de capital; a política protecionista empregue com a reforma tributária de 1934 (FONSECA, 2003). Além disso, a partir da necessidade de financiamento de investimentos industriais, o Estado incentivou esse setor através da política creditícia. Na década de 1930, houve um crescimento real do volume de crédito e, em 1937, foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, orientado à concessão de crédito para geração de novas indústrias e expansão das já existentes (FONSECA, 2003).

Outra característica fundamental da atuação do Estado no processo de industrialização nesse período foi a participação dele como produtor direto de algumas indústrias de base. Pode-se destacar, então, a Companhia Siderúrgica Nacional, fundada em 1941, a Companhia Vale do Rio Doce, criada em 1942, e a Petrobras, originada em 1953. Sobre a instalação de subsidiárias estrangeiras no Brasil, a década de 1930 apresentou um número relativamente baixo, podendo ser devido aos efeitos da Grande Depressão mundial, como afirma Possas (1998). Todavia, o ano de 1937 foi de ruptura, porque indicou o início de novos investimentos diretos estrangeiros sequenciais em setores de produtos metálicos, minerais não-metálicos (cimento e vidro), papel, maquinaria, equipamentos, aparelhos elétricos e tecidos sintéticos, além de indústrias químicas, farmacêuticas (POSSAS, 1998).

Ainda em relação ao investimento direto estrangeiro (IDE), Curado e Cruz (2008, p. 417) realizam uma síntese:

[...] assiste-se, no período de industrialização restringida⁸, a um crescimento na importância dos IDEs na indústria brasileira. Em grande medida, isso é fruto das oportunidades abertas pelo rápido crescimento das atividades industriais no país e do paulatino deslocamento das atividades dinâmicas do setor agroexportador para a indústria. Esse fenômeno também reflete a conjuntura internacional, em que se destaca a consolidação da hegemonia norte-americana no plano internacional. [...] o IDE desempenhou papel secundário nessa fase do processo de industrialização brasileiro comparativamente à importância do capital privado e estatal de origem nacional. [...] alguns dos mais importantes elementos que irão caracterizar o IDEs no período seguinte, a industrialização pesada, com destaque para o papel dos IDE norte-americanos na indústria pesada, já se encontravam presentes nessa fase da industrialização brasileira.

Entretanto, em meados da década de 1950, o processo de substituição de importações apresentava evidências de saturação: no Brasil, ao contrário do ocorrido entre 1929 e 1950, como já exposto, o coeficiente de importações se manteve estável simultaneamente ao decréscimo da elasticidade-renda de crescimento do setor industrial (FURTADO, 1983). Além disso, como expõe Furtado (1983), a participação da produção industrial no produto global estabilizou-se em um nível baixo a partir de 1960.

Em síntese, essa fase

[...] Trata-se de um conjunto de modificações estruturais que visam a transformar o sistema produtivo a fim de adaptá-lo aos requerimentos de uma demanda que preexiste. Portanto, o processo de transformação do sistema produtivo é adaptativo. Não é a evolução do sistema produtivo que conforma e molda a demanda final, é esta última que comanda o processo de transformação do sistema de produção. Contudo, o impulso de crescimento é gerado internamente, resultado das tensões estruturais provocadas pela ruptura externa [...] (FURTADO, 1980, p. 123-124).

⁸ Curado e Cruz (2008) utilizam a periodização do processo de industrialização brasileira feita por Tavares (1998), diferente da adotada neste artigo. Tavares (1998) divide tal processo em dois períodos: i) industrialização restringida (1933-1955) e ii) industrialização pesada (1955-1980).

3.3 Industrialização pós-substituição de importações

A terceira fase de industrialização refere-se ao momento em que as exportações já não possuem o papel de dinamizar a economia e em que o processo de substituição de importações tende a se saturar (FURTADO, 1983). Nessa fase, para que as reservas de depreciação das empresas sejam plenamente utilizadas, cuja consequência é a elevação do produto real, torna-se imprescindível a diversificação da demanda, que se concretiza por meio da importação de modernos modelos de produtos a serem criadas para as camadas da população de altas rendas; ou seja, o coeficiente de capital e a concentração da renda tendem a continuar (FURTADO, 1983).

Além do mais, nessa fase a evolução econômica dos países dependentes foi demasiadamente influenciada pelas metamorfoses estruturais processadas nas economias centrais, posto que o longo período de crise entre 1929 e meados da década de 1950 já houvera sido superado (FURTADO, 1980). A partir de meados da década de 1950, tem-se uma quebra da dinâmica dos investimentos das empresas multinacionais do período anterior. De acordo com Curado e Cruz (2008), até 1950, o estoque de investimento direto estrangeiro no Brasil foi cerca de US\$ 334 milhões, enquanto no período entre 1951 e 1960, os fluxos de IDE alcançaram aproximadamente US\$ 1,1 bilhão, caracterizando este período, portanto, como a primeira eclosão de capital estrangeiro em sua forma produtiva na economia brasileira. De 1961 a 1970, tais fluxos chegaram a US\$ 2,48 bilhões. Ademais, em 1979, o estoque total de IDE alcançou o valor de US\$ 9,6 bilhões.

Esses resultados decorreram de fatores de ordem externa e interna. Reflexo da estratégia internacionalista do Plano de Metas, entre os fatores internos está a continuação no governo Juscelino Kubitschek da Instrução 113 da SUMOC (de 1955), que autorizou a emissão de licenças de importação sem cobertura cambial. Essa medida permitiu a importação de máquinas e equipamentos pelas subsidiárias de empresas estrangeiras vigentes no Brasil (VERSIANI; SUZIGAN, 1990) e estimulou a entrada de capital estrangeiro privado em direção aos setores da indústria mecânica sob a forma de investimento direto (TAVARES, 1979). Além desse fator interno, a Lei nº 3.244, de 1957, conhecida como Lei de Tarifas, estimulou a expansão e diversificação industrial, entre 1956 e 1961, por meio de subsídios e incentivos cambiais e tarifários (TAVARES, 1979). Ela reformou o sistema cambial, com duas categorias de importações, a geral e a especial – subsidiando a importação de máquinas, equipamentos e insumos industriais e dificultando a importação de bens menos essenciais –, e introduziu uma nova tarifa aduaneira, *ad valorem*, protegendo a indústria no mercado interno (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

Entre os fatores de ordem externa está o primeiro surto de liquidez internacional na década de 1950, em que, por influência da concorrência entre os capitais das principais economias desenvolvidas, causada pela disputa de territórios para intensificar o processo de acumulação de capital, o processo de internacionalização do capital para a periferia capitalista originou uma transplantação da estrutura produtiva oriunda dos países centrais para os periféricos (AREND, 2009). As entradas de novas subsidiárias multinacionais a partir de 1950 destinaram-se, principalmente, ao setor industrial (manufatureiro e de construção), que teve um crescimento médio anual entre 1956 e 1961 de 11%. A partir de 1953, essas novas subsidiárias ocuparam os setores: automobilístico, elétrico, mecânico, de aparelhos domésticos e de bens industriais básicos, como os metais básicos e os materiais de construção. Ainda ocuparam as indústrias têxteis, envolvendo-se no processo de inovação técnica e de produtos (POSSAS, 1998).

Verifica-se, desse modo, a concentração dos investimentos diretos estrangeiros nas *commodities* industriais e nos setores dinâmicos do paradigma tecnológico metal-mecânico-químico, reflexo do contexto produtivo internacional, cujos setores configuravam a base tecnológica do sistema industrial. Além disso, em face da expansão e consolidação em escala mundial da grande empresa norte-americana, tais investimentos eram predominantemente de origem estadunidense – nos períodos 1951 a 1960 e 1961 a 1969, os IDEs dos EUA causaram, respectivamente, 37,15% e 27,89% do total dos IDEs para o Brasil. Ou seja, as particularidades do padrão de inserção dos IDEs são reflexo do processo de internacionalização daquela grande empresa (CURADO; CRUZ, 2008).

Sobre a relação entre o Estado brasileiro e o capital estrangeiro, a partir do Plano de Metas, no que se refere às competências setoriais, Arend (2009, p. 143) reconhece que:

[...] enquanto o Estado investia na construção de estradas e na implantação de outros sistemas de transporte terrestre e fluvial, o capital estrangeiro investia no setor de material de transporte; enquanto o Estado investia na siderurgia e na construção de obras públicas, o capital estrangeiro investia no setor de máquinas pesadas; enquanto o Estado investia no desenvolvimento da produção e distribuição da energia elétrica, as multinacionais investiam na produção de material elétrico e aparelhos eletrônicos; e enquanto o Estado investia na prospecção e refinação de petróleo, as multinacionais se instalavam no setor químico.

De acordo com Versiani e Suzigan (1990) os gêneros industriais metalurgia, mecânica, material de transporte, papel e papelão, produtos químicos e material elétrico e de comunicação apresentaram, como um todo, uma elevação da participação relativa no valor da transformação industrial de 25,2%, em 1939, para 43,4%, em 1959. Tais gêneros são constituintes do paradigma metal-mecânico-químico e, portanto, já na década de 1960 verifica-se um emparelhamento tecnológico (*catching-up*) brasileiro à base do sistema industrial prevalecente nos países centrais (AREND; FONSECA, 2012).

Desse modo, a estrutura industrial brasileira progrediu em direção a incorporação de segmentos da indústria pesada, indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital, substituindo importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, material de transporte, eletrodomésticos e entre outros. Essa estrutura, com a reorganização institucional realizada a partir da instauração da ditadura milita em 1964, serviu de base ao rápido crescimento da produção industrial entre 1968 e 1973-1974 (VERSIANI; SUZIGAN, 1990). Durante esse último período, o crescimento industrial, apoiado na capacidade instalada entre meados da década de 1950 e início da década de 1960, resultou da expansão e diversificação das exportações e do crescimento da demanda interna por produtos manufaturados, esse último tendo sido promovido pela política macroeconômica expansionista, pelo *boom* de construções residenciais e pela recuperação dos níveis de consumo (VERSIANI; SUZIGAN, 1990)

A política macroeconômica expansionista foi um amplo programa de investimentos públicos em infraestrutura, abarcando a área social, mas sobretudo a de investimentos diretos das empresas estatais nas indústrias de base e nas indústrias de armamentos e aeronáutica, financiado em grande parte por recursos externos, enquanto os investimentos das empresas privadas nacionais foram financiados pelos créditos subsidiados do BNDE, pelos Bancos Regionais de Desenvolvimento e por incentivos fiscais (VERSIANI; SUZIGAN, 1990). Adicionalmente, o *boom* de construções residenciais urbanas resultou das facilidades de financiamento à construção imobiliária por meio do Sistema Financeiro de Habitação, bem como instituições e instrumentos específicos para empréstimo e captação de recursos no sistema financeiro. Quanto a recuperação dos níveis de consumo, há consenso em torno das elevações do nível de emprego, elevação da massa salarial e as facilidades de financiamento por meio do crédito direto ao consumidor, enquanto principais fatores responsáveis por esta (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

Dizendo respeito as exportações de produtos manufaturados, sua expansão decorreu: (i) da desvalorização cambial de agosto de 1968; (ii) da adoção do sistema de minidesvalorizações; (iii) da criação de novos incentivos e subsídios fiscais e financeiros; (iv) dos programas especiais de produção para exportação e (v) da conjuntura favorável comércio internacional até meados da década de 1970 (VERSIANI; SUZIGAN, 1990). Finalmente, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em 1974, com vistas à finalização da estrutura industrial brasileira e à criação da capacidade de exportação de alguns insumos básicos, o Estado coordenou investimentos públicos e privados nas indústrias de insumos básicos e bens de capital, bem como investimentos públicos em infraestrutura (VERSIANI; SUZIGAN, 1990).

Assim, a participação da indústria de transformação no PIB era de 21%, em 1955; aproximadamente 28%, em 1961; 33% em 1973 e, depois da finalização do II PND, cerca de 36%, em 1985 (AREND; FONSECA, 2012). Além disso, aqueles gêneros constituintes do paradigma metal-mecânico-químico, correspondiam, como um todo, 58,3% do valor da transformação industrial até 1980 (VERSIANI; SUZIGAN, 1990). Portanto, entre meados da década de 1950 até início da década de 1980, tanto a atuação do Estado como a forte presença de capital estrangeiro na estrutura industrial brasileira permitiram que o país realizasse um emparelhamento tecnológico à base do sistema industrial prevalecente nos países centrais, pois aqueles gêneros constituintes do paradigma metal-mecânico-químico representavam 58,8% do total do produto industrial, em 1980 (AREND; FONSECA, 2012). De acordo com Cassiolato (2001 *apud* AREND; FONSECA, 2012), isso não era muito diferente do verificado nas três economias mais

desenvolvidas nesse ano: a participação daqueles gêneros na produção industrial no caso dos Estados Unidos era de 64,4%; Japão, 64,5% e Alemanha Ocidental, 69,8%.

4 *Catching-up* e dependência

Conforme exposto, a trajetória de industrialização do Brasil passa pelo período de substituição de importações, cujo fim era a produção interna de bens de consumo, antes importados, e o destino o atendimento da demanda da parcela minoritária da população que integrava as elites do país, a qual se diversificava e exigia tecnologias que se modernizavam, fazendo jus ao estado da técnica dos países desenvolvidos. Diante disso, entende-se que “[...] a qualidade do produto determina, dentro de limites relativamente estreitos, a técnica a adotar, vale dizer o coeficiente de capital [...]” (FURTADO, 1983, p. 181-182), posto que as tecnologias empregues à produção daqueles bens de consumo refletiam a estrutura produtiva dos países do centro e, por conseguinte, exigia elevada densidade de capital.

Não obstante isso, é válido ressaltar que ocorreu um processo de industrialização advindo dessa modernização dos estilos de vida de grupos de alta renda, pois, como é sabido, o excedente retido no país dependente funciona como um vetor das inovações na cultura material dos países desenvolvidos, ou seja, cada vez que ocorre o incremento da produção industrial brasileira – havendo maior desenvolvimento das forças produtivas – mais se diversifica a demanda e mais se produz. Em suma,

[...] cabe ao processo de transplantação de modelos de consumo das economias “cêntricas”, para os subsistemas periféricos, o papel determinante na alocação dos recursos nestes últimos. Quanto mais intensos o progresso técnico e a diversificação das formas de consumo dos centros dominantes, maiores são as possibilidades, à igualdade de outros fatores, de acelerar o desenvolvimento dependente, e também maior a probabilidade de que a heterogeneidade estrutural se agrave nos subsistemas periféricos. Com efeito, a necessidade de elevar permanentemente o coeficiente de capital, no setor que produz para a minoria integrada no processo imitativo, impede uma mais ampla difusão do progresso técnico (inovação nos processos produtivos) nos segmentos da economia dependente, que produzam para o conjunto da população (FURTADO, 1983, p. 183).

Destarte, as empresas multinacionais tomaram controle da economia internacional na década de 1950, atuando por meio de suas subsidiárias nos países dependentes que passaram a controlar atividades dinâmicas, de modo a intensificar os vínculos de dependência, mediante importação de insumos, pagamento de *royalties*, patentes, dividendos etc. (FURTADO, 1983), sendo os setores: automobilístico, elétrico, mecânico, de aparelhos domésticos e de bens industriais básicos os mais evidentes no caso brasileiro.

De acordo com Curado e Cruz (2008), o período entre 1951 e 1960 caracterizou-se como a primeira eclosão de capital estrangeiro em sua forma produtiva na economia brasileira. A estrutura industrial progrediu em direção a incorporação de segmentos da indústria pesada, indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital, sendo que o crescimento industrial foi apoiado na capacidade instalada até o início da década de 1960, resultando da expansão e diversificação das exportações e do crescimento da demanda interna por produtos manufaturados.

O paradigma metal-mecânico-químico assumiu um papel relevante no escopo do setor industrial e, portanto, na década de 1960, pôde-se visualizar um *catching-up* no âmbito da produção brasileira. O entendimento de *catching-up*, nesse aspecto, permeia a concretização de implantações e operações de plantas industriais e não apenas a concepção de aproximação dos níveis de produtividade dos países do centro. Isto posto, conforme o Quadro 1, haja vista os setores pelos quais o capital estrangeiro e o Estado brasileiro ficaram responsáveis a partir do Plano de Metas, é evidente que as empresas multinacionais controlavam o setor de bens de consumo duráveis. Desse modo, havia duas formas de pressão sobre o balanço de pagamentos brasileiro, quais sejam: a importação de bens de produção necessários à produção de bens de consumo e remessa de lucros e dividendos às matrizes (AREND, 2009).

Quadro 1 – Competências Setoriais do Capital Estrangeiro e do Estado a partir do Plano de Metas

Capital Estrangeiro	Estado
---------------------	--------

Material de Transporte	Programa de Transporte Terrestre e Marítimos
Material Mecânico	Siderurgia
	Construção Civil
Material Elétrico	Programa de Energia Elétrica
	Programa de Comunicações
Química	Petróleo e Derivados
Serviços Financeiros	Serviços de Utilidade Pública

Fonte: Arend (2009, p. 143)

A dependência brasileira para com o capital exterior era mantida, portanto, por ser necessária a geração de divisas estrangeiras com bens primários para essa importação e remessa de capital. Segundo Arend (2009), o crescimento da economia brasileira a partir de meados da década de 1950, apoiado pela absorção de capital estrangeiro, provocou o aumento da dívida externa para um saldo maior, acima de US\$ 3 bilhões, em 1960. Não obstante, é válido destacar que a continuação da Instrução 113 e a Lei de Tarifas – ações deliberadas pelo Estado brasileiro para promoção do *catching-up* – sustentavam as importações de bens de produção pelas subsidiárias e orientava o investimento direto estrangeiro aos setores expostos na coluna esquerda do Quadro 1.

As empresas multinacionais consistem em um elo entre os novos produtos e a demanda diversificada, pois controlam o fluxo de inovações. Por conta disso, a industrialização cria vínculos com as grandes empresas, as quais originam a indispensabilidade desses produtos e preserva o comando das técnicas necessárias à produção deles (FURTADO, 1983). Nesse sentido, “[...] a situação de dependência está sendo permanentemente reforçada, mediante a introdução de novos produtos (cuja produção requer o uso de técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital) [...]” (FURTADO, 1974, p. 88-89). De modo sintético,

[...] o custo crescente da tecnologia, conjuntamente com a aceleração do progresso técnico, facilitou a penetração das grandes empresas de ação internacional, o que intensificou ainda mais a difusão dos novos padrões de consumo surgidos no centro do sistema e levou a maior estreitamento dos vínculos de dependência (FURTADO, 1974, p. 93-94).

Conforme Furtado (1974), as tecnologias adotadas à produção de bens de consumo ao refletirem a estrutura produtiva dos países desenvolvidos e exigirem elevada densidade de capital, impediam a absorção de mão de obra, o que, por sua vez, não provocava modificações significativas à estrutura ocupacional do Brasil (FURTADO, 1983). Desse modo, dada a escala do mercado brasileiro, prevaleceu o IDE voltado para unidades produtoras ao mercado doméstico, os interesses das multinacionais se mantiveram voltados a esse fim, de maneira a manter essa configuração ocupacional.

O *catching-up* ocorre, nesse contexto, através de uma estratégia de crescimento alicerçada no aporte de recursos externos, que a partir da década de 1980 elucida sua vulnerabilidade, qual seja: a delegação dos setores mais dinâmicos do processo de industrialização ao capital estrangeiro (ARENDE; FONSECA, 2012). Os setores atrelados ao paradigma metal-mecânico-químico, por estarem sob controle das subsidiárias continuaram voltados ao mercado interno, tendo havido um breve período de incremento das exportações industriais de bens de consumo duráveis, mas depois dos anos 1970 predominaram as exportações das chamadas *commodities* industriais, de modo que as divisas seguiram dependentes basicamente de exportações primárias e, posteriormente, corroboraram para o endividamento externo.

O Estado mantendo as importações de bens de produção pelas subsidiárias e orientando o investimento direto estrangeiro se via dependente desses recursos, sendo o capital estrangeiro responsável pelo financiamento do crescimento nacional. Conforme Furtado (1962 p. 87), “para que possamos auferir os autênticos benefícios do capital estrangeiro – aqueles derivados do influxo da tecnologia em permanente renovação – necessitamos de uma política disciplinadora da entrada desses capitais”. Furtado (1974) vê, então, a industrialização na economia brasileira mais como um processo de “miniaturização” do sistema

industrial das economias desenvolvidas, nas quais a acumulação de capital está mais avançada, para acompanhar acelerada diversificação do conjunto de bens de consumo nestas economias de alto nível de renda.

5 Considerações finais

Em primeira instância, o presente artigo se ocupou de sustentar, no âmbito da produção intelectual de Celso Furtado, a relação entre o emparelhamento tecnológico (*catching-up*) e a dependência nos países periféricos, segundo a qual o *catching-up* perpetua a condição de dependente. Tendo isso em vista, este trabalho valeu-se, sobretudo, do arcabouço teórico desenvolvido nos textos *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974); *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978); *Pequena Introdução ao Desenvolvimento* (1980); *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1983). Mostrou-se, nesse sentido, que o esforço industrializante, ao estar orientado a suprir as cadências de demanda por produtos sofisticados dos grupos minoritários que concentram a maior parte da renda gerada, sustentava o caráter dependente das economias periféricas de forma que, em última instância, a dependência cultural, oriunda da maior identificação cultural dos grupos supracitados com os valores, as preferências e a moralidade dos países capitalistas centrais, condicionava a dependência econômica, e esta, por sua vez, conferia o suporte material da dependência estrutural. A partir disso, realizou-se uma releitura do processo de industrialização da economia brasileira com base nesta abordagem.

Conforme visto, o processo de industrialização da economia brasileira pode ser interpretado a luz da abordagem furtadiana, uma vez e que esta não se orientou no sentido da autonomia tecnológica e tampouco esteve preocupada em modificar com alguma ênfase a estrutura ocupacional, necessária ao rompimento com a dependência. Ao contrário, ocorreu com finalidade de atender as cadências de demanda de uma minoria que se apropriava de maior parte do excedente. Portanto, mesmo com o processo de industrialização da economia brasileira (*catching-up*), a dependência não só permanecia presente, como tendia a se intensificar, visto que com frequência cada vez maior os modelos de consumo eram absorvidos do centro, conforme a evolução da dinâmica capitalista internacional, e não proporcionaram mudanças significativas no sentido da internalização de tecnologias necessárias à absorção de mão de obra excedente.

Neste ponto, fica evidente que as contribuições teóricas de Celso Furtado ainda possuem grande relevância e alta capacidade explicativa dos dilemas contemporâneos da economia brasileira, visto que esta continua dependente e subdesenvolvida, afinal, os escritos teóricos de Furtado estão orientados para a transformação da realidade brasileira. O que o autor apreendeu não são apenas abstrações, mas conhecimento do meio físico, social e do próprio homem, com o propósito de discernir diretrizes destinadas à promoção e realização do desenvolvimento. Ou seja, sua teoria é desenvolvida para a ação.

Por fim, deve-se ainda reconhecer que este estudo contou com algumas limitações: em primeiro lugar, a ausência de uma análise mais minuciosas a partir de dados sobre concentração de renda e diversificação da demanda, com vistas a ilustrar o perfil de demanda dos grupos concentradores de renda no Brasil; em segundo, o fato deste trabalho ter privilegiado em sua discussão os textos originais de Furtado e, nesse sentido, ter negligenciado em alguma instância a utilização de trabalhos de comentadores, aspectos que podem ser melhorados em futuros trabalhos que venham a abordar a temática.

Referências

ABREU, M. P., (org.), *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989*, Rio de Janeiro, Campus, 1989.

AREND, M. *50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária*. 2009. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

_____; FONSECA, P. C. D. Brasil (1955-2005): 25 anos de *catching-up*, 25 anos de *falling behind*. *Revista de Economia Política*, v. 32, n. 1 (126), p. 33-54, jan./mar. 2012.

BAER, W; VILLELA, A.V. Crescimento Industrial e Industrialização: Revisões dos estágios do Desenvolvimento Econômico do Brasil. *Dados*, São Paulo, v. 9, 1972.

BONELLI, R. Estatísticas do Século XX: Nível de Atividade e Mudança Estrutural. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

BORJA B. Furtado e a cultura da dependência. *OIKOS*, v.8, n.2, Rio de Janeiro, 2009, p. 247-262.

DEAN, W. The Industrialization of São Paulo, 1800-1945. Austin: University of Texas Press, v. 3, 2014.

FRANCO, G. H. B.; LAGO, L. A. C. A Economia da República Velha: 1889-1930. *PUC Rio*, Rio de Janeiro, 2011.

CURADO, M; CRUZ, M. J. V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008.

FONSECA, P. C. D. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930. *Revista de Economia Política*, v. 23, n. 1 (89), p. 133-148, jan./mar. 2003.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1974.

_____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

_____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. O desenvolvimento como processo endógeno. In: FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 105-124.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007 [1959].

GONZALEZ, N. N.; SALOMÃO, I.C. Furtado x Peláez: uma sistematização do debate. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, BA, v. 39, p. 295-321, abril 2018.

POSSAS, M. L. Multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELLUZO, L. G. M.; COUTINHO, R (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 4. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1998. p. 9-41.

SILBER, S. D. Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira Durante o Período 1929/1939. In: VERSIANI, F.R (Org.); BARROS, J.R. (Org.). *Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1998.

VERSIANI, F.; SUZIGAN, W. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 10., 1990, Louvain. *Anais...* Louvain, 1990.

VILLELA, A. V; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.